

**O preconceito étnico-racial na política doméstica e externa dos EUA:
a escravidão no Sul e o imperialismo na América Latina**

Douglas Felipe Gerhardt¹

Wagner Fernandes de Azevedo²

1 Introdução

Desde sua independência, os Estados Unidos da América desenvolveu-se como uma grande potência regional. Seu status de potência hegemônica no continente americano perdura por séculos. O seu *status quo* foi prosperado por diversos fatos e fenômenos favoráveis nas relações internacionais e na própria política interna estadunidense.

O presente artigo focar-se-á à Guerra do México e ao desenrolar da Guerra de Secessão. Suas causas, sobretudo políticas e econômicas, agregam também complexas questões étnicas, raciais e sociais – o imperialismo estadunidense, a aversão aos latinos e o preconceito racial nos estados do Sul, de meados do século XIX até o século XX. O sociólogo Alberto Sérgio Alfredo Guimarães dá o conceito de etnia e o situa na problemática estadunidense atual, mas de bagagem histórica:

“Etnia” é um tipo de carisma ou estigma baseado na identidade cultural, regional ou nacional de grupos [...] Nos Estados Unidos, as etnias são importantes tanto no interior da população negra (os afrolatinos, por exemplo) como entre os não-negros (asiáticos e latinos). (1999)

Os problemas entre as diferentes etnias tem se evidenciado pela atual imigração de latinos para os EUA. O mesmo país, que outrora expandia seu território, sua influência, sua política e sua economia além-fronteiras, hoje se estagna diante dos vizinhos latinos, sobretudo o México. Porém, o desprezo e o preconceito ainda perduram.

Guimarães, no trabalho estudado para o artigo, dicotomiza o conceito de etnia e de raça para compreender os diferentes preconceitos:

“Raça” é uma forma de carisma ou estigma grupal baseada na crença de uma herança genética que define o valor moral, intelectual e psicológico de um

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro-fundador do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea (GEPPIC). E-mail: douglasgerhardt@gmail.com

² Graduando do curso de Relações Internacionais da UFSM e membro-fundador do GEPPIC. E-mail: wagnerf.azevedo@yahoo.com.br

indivíduo ou de um grupo. Tal tipo de carisma parece dominante na situação social dos negros americanos e sul-africanos ainda hoje em dia, sendo uma “categoria nativa” de uso amplo e generalizado. Na verdade, é lugar-comum que não se pode viver nos Estados Unidos sem pertencer a uma “raça”. (1999)

Essa crença na superioridade das raças levou-se por um longo debate nos EUA, em função à abolição da escravidão, no século XIX. O não reconhecimento da igualdade dos homens – argumento inconstitucional – travou por anos a 13ª Emenda à Constituição Americana. E mesmo depois de aprovada a emenda, os negros não tiveram seus direitos igualitariamente aos brancos. Grupos como a *Ku Klux Klan* nasceram nos Estados Unidos, perseguindo negros, queimando-os, pelo fato de serem de outra raça. O racismo continuou sendo a causa de conflitos no século XX.

2 Os primeiros contatos e a superioridade estadunidense

Assim como Alexis de Tocqueville, em *Democracia na América*, via a população americana tendo uma cultura cívica intransponível e cunhada desde o primeiro contato com a civilização, as relações de superioridade quanto aos não americanos pareceriam, também, estar cristalizadas no comportamento desses cidadãos. Prezando um ideal cristão e liberal, os habitantes dos EUA criaram repulsa aos “nativos” de origem espanhola, sendo que estes seriam seres inferiores e não possuidores de uma cultura pacífica e civilizatória. Sendo assim, ficaria a cargo da própria União ser responsável pela educação desses que desconhecem o processo ideal de se constituir uma nação.

Em princípios do século XIX o ideal republicano cobria o continente americano. Colônias começaram a se emancipar de suas metrópoles europeias e projetavam um futuro livre de influências externas, já que o Novo Mundo havia sido suprimido pelos europeus desde o século XV. Dentro desse contexto, os EUA viam nas rebeliões uma ótima oportunidade para tirar de vez o enalço da influência europeia da região. Porém, a relutância em reconhecer esses territórios e de manter relações com eles vinha em direção contrária ao próprio interesse econômico, pois o este estaria ligado a um constante envolvimento com os novos países republicanos do continente. Nesse sentido, houve várias divisões dentro do congresso norte-americano para a disputa entre apoiar ou não a causa revolucionária desses países, visto que, o receio com a interação dos povos de origem hispânica era um motivo sensato o suficiente para abster-se dessas

relações. No entanto, movidos pelo interesse econômico, o Congresso decidiu pela venda de armamentos para os rebeldes latinos.

Em meio à relutância da opinião pública em aceitar a decisão da venda de armas e a divergência de opiniões dentro do Congresso americano em apoiar ou não a luta a favor desses países, existia o receio de um ataque inglês na região, o que poderia comprometer a hegemonia norte-americana no continente. Com John Quincy Adams atuando como secretário de Estado, o Presidente Monroe foi alertado sobre uma possível invasão dos países da Santa Aliança europeia, os quais buscavam o ressurgimento dos valores cristãos e da monarquia nas repúblicas (e reinos, no caso do Brasil e México) recém-criadas. A supremacia ideológica da ética calvinista frente à católica era considerada, por muitos, uma questão importante para a disseminação do liberalismo no continente, vide a paz perpétua proposta por Kant na época do Iluminismo, a qual dizia que só existiria paz e progresso quando os países estivessem imersos num ambiente democrático.

A procura da autonomia e do imperialismo, a fim de ampliar a área de influência no continente, era superior a ideia de lucrar com as riquezas das regiões mais próximas, ainda que existissem grandes retornos vindos pela venda de armas. Um exemplo que bem remete o pensamento da política externa dos EUA é o interesse em adquirir a posse da Flórida Espanhola, em 1815, a qual era vista por Monroe como “partes de uma terra sem atrativos que adversários poderiam usar como base para atacar os Estados Unidos.” (SCHOULTS, 2000, p. 19).

3 A preocupação do desenvolvimento do continente: Doutrina Monroe

A base de submissão dos países latino-americanos aos EUA está ligada ao fato da grande influência dos grupos de interesse (tanto nos Estados Unidos quanto nos outros países), os quais exercem grande influência nas políticas públicas. Tem-se o caso do próprio financiamento de armamento para os rebeldes nas guerras pela independência do continente como exemplo, visto que as relações comerciais feitas diretamente com estes países se tornaram mais vantajosas para os empresários estadunidenses, do que o comprometimento comercial com a metrópole que regia as colônias na América. Além da própria base econômica da rede lobista dos EUA, o imperialismo tem como meio de ação a doutrina calvinista do Destino Manifesto, o que

favorece a uma relação de extremo preconceito e rejeição de raças e tribos que não partilhassem a cultura europeia. Como apontou Octavio Ianni:

A Supremacia dos EUA sobre os países do hemisfério não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela vai além, compreendendo também problemas sócio culturais [...] O racismo parece ser um elemento ideológico importante dessa diplomacia [...] justificam subjetivamente a hegemonia norte americana no hemisfério (1988, p.24)

Esse preconceito pode ser visto numa figura emblemática na política norte-americana do século XX. “Eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos”. Essa era a visão do secretário de Estado do governo de Monroe e, também, ex-presidente, John Quincy Adams, sobre os povos de origem hispânica, quando recém tinha completado doze anos de idade. Criado num ambiente republicano, marcado pela influência saxônica, Adams viveu os contrastes europeus quando havia viajado com seu pai em países como França, Rússia, Holanda e Espanha, ainda quando criança. Influenciado pela cultura liberal do século XIX, Quincy pode retratar as diferenças destas nações às ibéricas, o que favoreceu a análise preconceituosa e a generalização de todos os países que descendiam desta região. Enquanto a França e a Holanda expandiam seus mercados e tinham as políticas mais liberais da Europa, Espanha e Portugal ainda viviam regimes monárquicos com características medievais.

Em contato direto com o presidente Monroe, Quincy Adams tinha uma personalidade forte ao tratar da figura dos latino-americanos. Seu convívio com a população hispânica acabou sendo o suficiente para rejeitar totalmente qualquer tipo de relação com eles. Os debates entre os homens no Congresso aparelhavam-se entre uma visão mais progressista, representada pelos whigs, e os mais tradicionais, representados pelos democratas. Dentre os principais representantes desses partidos estavam Henry Clay e o próprio John Quincy Adams, respectivamente. Foi preciso muita insistência do próprio presidente Monroe para conseguir impor a ideia do consenso em atar relações com os latinos a fim de controlar a hegemonia de forma autônoma, ou seja, sem nenhuma influência dos países europeus.

As ações do Presidente e do Chefe de Estado pendiam para um pessimismo na tarefa de Henry Clay em demonstrar a capacidade de organização dos povos latino-americanos. Durante o século XIX as nações recém-emancipadas estavam com uma economia e sistema político fracos. Através de seu interesse automático nas questões do

continente, o governo dos Estados Unidos se propôs a ajudar economicamente para que o sistema de segurança vigorasse e afastasse o interesse comercial dos ingleses. Para fortalecer essa influência e, principalmente, relatar o cotidiano dos cidadãos de origem ibérica, John Quincy Adams mandou diplomatas para esses países a fim de descrever a situação político-econômica e agir de forma a “encorajar o republicanismo, desencorajar a pirataria e obter liberdade de expressão religiosa para cidadãos dos EUA” (SHOULTS, 2000, p.24). O primeiro foi Poinsett, em 1811, que relatou a situação política na Argentina: “O espírito de litígio penetra todas as classes [...] a arte de procrastinar decisões até que o favor do juiz seja assegurado por influência e suborno.”³ O enviado ainda enfatizou a falta de princípios dos criollos argentinos, apontando este fato como o germe das revoluções. Outro diplomata encarregado das preocupações com os acontecimentos foi Alexander Scott que desembarcou na Venezuela, em 1812, para suprir a necessidade de alimento de um país que estava dilacerado pela ocorrência de um terremoto. Sua análise englobava tanto esse contexto quanto o da rebelião contra a Espanha. O relato⁴ minimizava o povo, sendo eles:

[...] tímidos, indolentes, supersticiosos e incapazes de empreendimento ou esforço. A considerar os hábitos correntes, morais e intelectuais de todas as classes, temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional.

Desolado com as constantes cartas e relatórios que chegavam à sua mesa com visões pessimistas e conservadoras sobre o continente subdesenvolvido, Clay foi perdendo o entusiasmo da luta pelo reconhecimento das novas repúblicas. Ao final da ocupação espanhola e à pausa das ameaças europeias, Clay não via mais sentido em se preocupar com o continente. Sua preocupação ficou privada a “evitar qualquer tipo de desprezo e preconceito contra os hábitos civis ou religiosos dos habitantes latino-americanos.”⁵

4 A expansão para o México

³ Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1811, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3

⁴ Alexander Scott a James Monroe, 16 de novembro de 1812 e 1 de janeiro de 1813, Cartas Consulares de La Guaira, NA M84/R1; para a penosa experiência de Scott, ver Congresso dos EUA, Câmara, Relatório do Congresso 72, 20th Cong. 2nd Sess., 10 de fevereiro de 1829. As instituições de Scott são equivocadamente arquivadas em Monroe a Scott, 14 de maio de 1812, Comunicações sobre Agentes Especiais, NA M37/R4

⁵ Clay a John Forbes, 1825, instruções a ministros dos EUA, NA M77/R5

A ampliação do território norte-americano para o México começa desde o início do século XIX, quando foi cedida a parte da Luisiana em 1803, a qual era pertencente à França, depois de vários impasses entre a Espanha e França durante a época napoleônica. Ainda que pertencente aos EUA, suas fronteiras não eram bem definidas, o que fez gerar uma miscigenação de culturas indígenas, hispânicas e caucasianas. Ao lado mexicano, a instabilidade política e econômica foi descrita como um dos principais problemas pelo emissário Anthony Butler e via que as revoluções estavam constantemente “agitando o país até seus limites mais remotos, desde o período de minha chegada até o presente momento – a tranquilidade nunca chegava a seis meses. Os sucessores de Butler, como representante político dos Estados Unidos, no México, também exaltavam as diferenças de cultura e desenvolvimento e exaltavam o “destino [dos EUA] mais feliz e [de] superioridade em tudo, mas um mais generoso, de uma profunda simpatia pela condição miserável de um país sobre o qual uma generosa Providência espalhou suas bênçãos com uma mão profusa sobre qualquer outro na face da terra”. (THOMPSON, 1846, p.18). O começo da administração de Adams foi justamente a expulsão dos espanhóis do México e uma nova proposta de delimitação das fronteiras. Em 1827 o congresso mexicano reservou 15 mil dólares para negociar as novas demarcações. O valor foi recebido com sarcasmo pelo estadista Joel Poinsett, falando que a expedição dentro do México não era por carência de fundos, mas sim pelo ideal republicano de espalhar o desenvolvimento. Como pode ser verificado no discurso do Ministro Waddy Thompson, em 1846: “enquanto em nossas cidades e municípios você ouve o zunido ativo do trabalho incessante e o assobio estridente da máquina a vapor, lá você ouve nada além de tambor e pífaro; enquanto nós fazíamos ferrovias, eles faziam revoluções” (THOMPSON, 1846, p.19). Apesar da recusa da proposta, o governo estadunidense ratificou um tratado para a demarcação da fronteira no rio Sabine, a oeste do estado da Luisiana ainda sob a administração de Monroe. Ao mesmo tempo em que houve a ratificação desse tratado, o país latino entrou na pauta dos EUA dentro de seu projeto expansionista.

O perigo de os EUA agirem de acordo com suas pretensões e subjugarem a nação mexicana eram eminentes. O ministro mexicano que estava em Washington observou o comportamento dos ianques: “Sua vaidade chega tão longe, em minha opinião, a ponto de acreditar que sua capital será aquela de todas as Américas.”⁶

⁶ Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822, La diplomacia mexicana, vol. 1, p. 89, 103.

A preocupação do ministro mexicano havia se concretizado quando, em 1829, já na administração de Andrew Jackson, o governo ianque correu atrás da anexação do Texas. O secretário de Estado da gestão de Jackson - Martin Van Buren - deu ordens a Poinsett para que negociasse a compra da terra. Caso a anexação pela aquisição não funcionasse, os meios diplomáticos e um pouco de má vontade estariam apostos para serem usados como meios para o território ser agregado à União.

Novamente, o olhar xenófobo é o motivador para espalhar a hegemonia norte-americana para o Sudoeste. Poinsett, com um desrespeito, não mediu escrúpulos para demonstrar seu desprezo pelos latinos na sua ida ao México. Acusava a população mexicana de ser uma “raça ignorante e imoral” e condenou o clero como “a própria escória do povo, [...] devasso e ignorante de um modo repugnante”⁷, ainda criticou a miscigenação dos criollos com os aborígenes. Preocupado com o comportamento de seu chanceler, o presidente Jackson substituiu o estadista por Anthony Butler, o qual recebeu instruções do presidente para estar com “os ouvidos atentos, a língua silenciosa e o coração firme [sic.], as três joias da sabedoria, proteger cada avanço que fizesse no assunto do Texas.”⁸

Apesar da tentativa de negociação de Butler com o governo mexicano, o fim da soberania do México sobre o Texas aconteceu de forma natural, visto que já havia uma imigração de norte-americanos naquela região desde 1820, quando Jefferson atribuiu ao Texas o ideal de que este seria o futuro “Estado mais rico da União, sem dúvida”. Em 1836, os povos “anglo-texanos” (SCHOULTS, 2000, p.40) que se instalaram no Texas conseguiram se emancipar do México, formando uma república independente. Atento a esse acontecimento, o governo de Washington estaria proposto a ajudar o Texas, já que a falta de segurança poderia fazer com que os rebeldes mexicanos, ou a influência inglesa no continente, pudessem ameaçar a soberania dessa nova república. Em 1837 foi feito um convite formal para a entrada do Texas na União, o que gerou relutância entre os antiescravistas dentro do Congresso, recusando a “considerar a anexação sob o pretexto de que a escravidão havia se espalhado em um território anteriormente livre.” (SCHOULTS, 2000, p.40). Nesse mesmo ano ocorreu uma depressão econômica, a qual teve como consequência a inadimplência dos estados da União para com o governo inglês. Dessa forma, o próprio governo da Inglaterra formulou uma estratégia para

⁷ Poinsett para Clay, 12 de outubro de 1825, Despachos do México, NA M97/R2

⁸ Jackson a Butler, 10 de outubro de 1829, em *Correspondence of Andrew Jackson*, John Spenser Bassett, ed., 7 vols. [Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1926-1935], vol. 4, p. 80-1. Ele terminou “Quando você tiver lido este P.S. e minha carta particular, deverá queimar ambos”.

acabar com a hegemonia comercial dos norte-americanos: essa estratégia seria o próprio fim da escravidão. Com o fim da escravidão, os produtos aumentariam seus valores agregados, o que favoreceria a ampliação do comércio inglês na região, por ter produtos mais baratos.

5 O Sul escravocrata contra o Norte abolicionista

O crescimento demográfico nos EUA, na metade do século XIX, foi expressivo. Em 1840, a população estadunidense era de 17 milhões, em 1860 o número sobe para 31,5 milhões. O crescimento populacional acompanhava o crescimento econômico. Os estados do Norte industrializavam-se, atraindo imigrantes para suas grandes cidades, a expansão para o Oeste era incentivada pelo governo e o Sul despontava como grande produtor de algodão mundial.

A economia liberal clássica da época favorecia o crescimento industrial, chegando a representar 39% da produção total do país, em 1860, com crescimento de 7,8% ao ano (AMEUR, 2010, p.13). O Norte dos EUA melhorava a sua infraestrutura e qualidade de vida, atraindo alemães e ingleses para o trabalho nas fábricas e uma condição mais estável à Europa – e sem a concorrência da mão-de-obra escrava. A vivência da liberdade e igualdade de direitos, o respeito à Constituição Americana, a possibilidade da ascensão social e enriquecimento tornavam os nortistas o carro-chefe da economia estadunidense, chegando em 1860, a produzir 90% dos manufaturados do país. Junqueira reafirma o pensamento capitalista da região:

“[Nortistas] desenvolveram uma concepção burguesa do mundo. Nessa visão, o lucro era importantíssimo. A perspectiva de lucro na qual os empreendimentos comerciais e industriais eram predominantes incentivava os indivíduos a investir em propriedades privadas e a multiplicar seu patrimônio.” (2001, p.69).

E ressalta o rechaço nortista aos valores da sociedade formada no Sul: “[...] nortistas rejeitavam a perspectiva aristocrática e hierarquizada dos sulistas para os quais outros valores eram mais importantes no desenvolvimento das atividades econômicas e na opção pelo estilo de vida” (2001, p.69). O Norte também ganhava força política com o crescimento, principalmente dentro do partido republicano, liberal em sua essência e representado por grandes empresários, banqueiros e financistas. Como aponta Paxson (1911, p.23), o Norte crescia mais que o Sul em população e riqueza, porém a

representação sulista ainda batia de frente no Congresso, sobretudo na questão da abolição da escravidão.

Ao Sul da linha Mason-Dixon, a economia era outra. O sistema agrário de plantation, baseado na monocultura do algodão e escravocrata, centralizava o poder político e econômico nas mãos dos grandes proprietários de terras e de escravos - o número de proprietários escravos, em 1850, chegava a 325 mil (BURGESS, 1901, p.28). A economia escravocrata disparou e foi sustentada pela Revolução Industrial, a indústria têxtil europeia necessitava da enorme produção algodoeira – em 1860, os EUA forneciam 75% da matéria-prima para o mundo. O número de negros representava 14% da população total do país – 4,5 milhões, sendo destes, apenas 500 mil livres, espalhados pelo Oeste e Norte. A impossibilidade de ascensão social afastava os imigrantes e a liberdade civil era concedida apenas aos brancos. O Sul dos EUA remetia aos valores da aristocracia europeia. A infraestrutura e o equilíbrio social destoavam dos estados do Norte e do iminente desenvolvimento do Oeste.

Conseqüentemente, o Sul, em minoria, mesmo que ainda elegeisse presidentes, perdia força no Congresso frente aos interesses do resto da União e instaurava-se um mal-estar político na Federação. O sentimento bairrista aparecia em ambas as partes, porém os sulistas, por suas famílias e tradições instaladas e perpetuadas por décadas, acentuavam à ligação à sua terra e costumes. Farid Ameer destaca a divisão dos EUA e as ideias provenientes do Sul:

“Convencidos da superioridade de sua civilização, eles [sulistas] criticam o ‘culto ao dólar’ e o capitalismo mercantil do Norte. Os mais extremistas sustentam que são os nobres herdeiros dos ‘cavaleiros’, os últimos partidários dos Stuart, ao passo que os ianques [nortistas] são os descendentes dos ‘cabeças redondas’, aqueles cromwellianos que têm como ancestrais as populações primitivas da Inglaterra. De fato, o Sul nutre cada vez mais o sentimento de formar outro povo dentro da nação.” (2000, p.19).

Nesse contexto, a política interna tomava novos rumos. O partido Democrata, fundado em 1836, para defender a elite conservadora estadunidense, nasceu e tinha grande representação nos estados escravocratas do Sul. Andrew Jackson e Martin van Buren, seus fundadores, foram eleitos presidentes nas duas eleições posteriores ao nascimento do partido. Até a eclosão da guerra, outros três democratas tornar-se-iam presidentes. James Buchanan, da Pensilvânia, eleito em 1856, viveu em seu mandato as fortes tensões entre o norte e o sul. Mesmo sendo do norte, representava a elite fazendeira do Sul e os acontecimentos no país radicalizavam as tensões. Buchanan teve

como herança o “Ato Kansas-Nebraska”, aprovado no Senado em 1852, criado por Stephen Douglas, democrata de Illinois, delegando aos moradores dos próprios estados de Kansas e Nebraska a decidirem sobre a legalidade da escravidão, reforçando o federalismo da nação, o direito de soberania dos estados.

Em oposição aos democratas, em 1854, nasce o Partido Republicano, seus fundadores eram provenientes do Partido Whig. Os republicanos têm o liberalismo como seu ideal político, assim, na época, defendendo o desenvolvimento que vinha acontecendo pelo Norte industrializado. A corrente republicana sempre teve de base os valores liberais clássicos, como a liberdade do indivíduo e o direito de propriedade privada. Nessa via, eram contra o sistema escravocrata. No campo do Direito, a Constituição concedia direitos iguais a todos estadunidenses, à época, os republicanos mais moderados admitiam a desigualdade racial, porém mesmo assim defendia a igualdade jurídica. Com relação à Economia, a escravidão gerava pouca demanda em uma sociedade de livre-comércio, como o Norte estava se projetando.

Então, nesse cenário político, esses dois partidos tornar-se-iam os maiores do país, centralizando a disputa do poder neles até a atualidade. Os democratas apelavam para propagandas de cunho racista, com cartazes ou frases, como “[...] ‘Se você quer votar lado a lado a um negro fanfarrão’ [...] um partido que diz ‘um negro é melhor que um irlandês’ [...] para dividir o seu patrimônio com um negro, vote no candidato Republicano” (McPHERSON, 1988).

6 O racismo, as disputas políticas e a Secessão.

O Partido Republicano nasce pela liberdade civil e econômica, a igualdade de direitos e o desenvolvimento da nação. Depois do Ato Kansas-Nebraska, a discussão em cima do abolicionismo ganhava mais força nos Estados Unidos – ainda que não fosse agenda nova, pois o primeiro projeto para a abolição foi feito em 1787. Em 1852, a escritora Harriet Beecher Stowe, publica “Uncle Tom’s Cabin” e o livro alcança a marca de 300 mil exemplares vendidos, no primeiro ano. A obra conta a sofrida vida do escravo Tom, “retratado como um verdadeiro mártir” (JUNQUEIRA, p.78, 2011). O livro ficou proibido no Sul dos EUA, porém fez grande sucesso na Europa. Outro grande expoente do abolicionismo foi John Brown, republicano de Connecticut. Brown organizava marchas pacíficas e violentas pró-abolição pelo Kansas. Assim sendo conhecido por todo o país, temido e perseguido no Sul. Em 16 de outubro de 1859,

Brown reúne um grupo para invadir o Harper's Ferry, na Virgínia, roubar todo o arsenal e fomentar uma revolta escrava. Após dois dias de guerra, Brown rende-se e é condenado à forca. Uma organização também foi criada na luta pela liberdade, a Sociedade Americana Antiescravagista, fundada por William Lloyd Garrison, editor do radical jornal "*The Liberator*". Garrison discursa sobre a morte de John Brown e afirma que jamais se juntaria "aos donos de escravos com suas mãos escorrendo sangue". Coloca a escravidão como "terrivelmente desumana e perversa."⁹

A discussão abolicionista se ampliava nos EUA, os sulistas defendiam os direitos dos seus estados definir as próprias leis, enquanto os nortistas preocupavam-se com o rumo que a expansão ao Oeste poderia tomar. A descoberta de novas terras, a urbanização dos territórios anexados, da política imperialista contra o México, ainda estava em formação. A morte de John Brown causava comoção no Norte e a discussão atravessava o oceano. Victor Hugo, em carta ao jornal London News colocava a situação contraditória na moral estadunidense: "Há algo mais assustador do que Caim matando Abel, é Washington matando Espártaco, ou seja, o assassinato da Libertação pela Liberdade."¹⁰ A escravidão era infundamentada, não haviam argumentos econômicos para sua manutenção, apenas o medo político, de os grandes proprietários de terra, perderem seu *status quo*. Nem mesmo no partido Democrata a escravidão é unanimidade e provoca uma cisão partido.

Em 1860, os republicanos vencem sua primeira eleição presidencial com Abraham Lincoln. A cisão do partido Democrata facilitou sua vitória no Norte e no Oeste, porém perdeu em onze estados do Sul e três do Alto-Sul. Lincoln não tinha em sua agenda a igualdade política e social, era um republicano moderado. A abolição deveria acontecer, porém os negros ainda não teriam os mesmos direitos civis dos brancos. Sua postura era para apaziguar as tensões na União, essa era sua principal meta.

Não obstante, sua eleição foi rejeitada imediatamente no Sul. Em 13 de novembro de 1860, uma semana depois da eleição, a Carolina do Sul reuniu-se para decidir a separação da União. Em 20 de dezembro, decidem a separação e a dissolução dos Estados Unidos da América. Nos meses seguintes, Louisiana, Geórgia, Texas, Mississippi, Flórida e Alabama seguem o mesmo caminho – todos escravocratas. Em 4

⁹ Em <<http://www.nationalcenter.org/DeathofJohnBrown.html>> Acesso em: 26/07/2013

¹⁰ Em <<http://antislavery.eserver.org/tracts/lettersonamericanslavery/lettersonamericanslavery.html>> Acesso em: 26/07/2013

de fevereiro de 1861, os Estados Confederados da América são formados, Jefferson Davis eleito presidente, com uma constituição própria e a contraditória liberdade de aprisionar os negros garantida. Lincoln jamais reconhece a secessão dos estados, argumentando pela Constituição. A Guerra Civil começa em abril de 1861, quando Lincoln envia tropas ao Forte Sumter, na Carolina do Sul, para proteger a propriedade da União. Depois disso Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Arkansas também viriam a se separar. Foram esses os 11 estados a se separarem da União, motivados essencialmente pela escravidão. Os Estados Confederados da América tinham uma população de nove milhões, sendo 3,5 milhões de escravos.

Em um ano de guerra, o prejuízo começava a ser maior para a União. Mesmo estes tendo um exército maior e mais forte, o instinto sulino de guerrear e de defender a sua tradição, estava se sobressaindo. Lincoln, percebendo que a guerra estava trazendo prejuízos, teme por mais revoltas, principalmente por parte dos estados escravocratas ainda ligados à União. Declara então que seu objetivo não é libertar os escravos, e sim fazer valer a integridade da União, fosse ela com a abolição ou não¹¹. Os grupos mais radicais lutavam pela abolição e a igualdade jurídica, outros apenas pela abolição e os mais moderados eram adeptos do discurso do presidente. Os escravos, em meio ao jogo político, fogem de seus donos e procuram refúgio na União. Porém, em inconformidade à lei, não são devolvidos e sim usados como “contrabando de guerra”. (AMEUR, p.83).

Em abril de 1862, o distrito de Colúmbia aprova uma lei proibindo a escravidão. Em julho, o Congresso aprova uma lei libertando os escravos fugitivos pertencentes aos estados separados. Em setembro de 1862, Lincoln tem uma decisão mais radical, a *Emancipation Proclamation*¹² deveria vigorar a partir de 1º de janeiro de 1863. A *Emancipation Proclamation*, em seu primeiro parágrafo dava liberdade a todos os escravos dos estados rebeldes, os escravos dos estados da União também eram alforriados e seus donos indenizados; e a autorização aos negros para o serviço militar, porém subordinados a oficiais brancos e com soldo inferior aos brancos. A liberdade veio, porém o preconceito e a opressão continuavam. Os Estados Confederados não respeitavam a lei por não se sentirem parte daquela federação. Porém, se derrotados na guerra civil, seria inevitável a libertação dos 3,5 milhões de negros. A lei também tirava a legitimidade dos confederados no cenário internacional como um estado

¹¹ Disponível em <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm>>. Acesso em: 26/07/2013

¹² Disponível em <http://www.archives.gov/exhibits/featured_documents/emancipation_proclamation/transcript.html>. Acesso em: 25/07/2013

independente, como citado anteriormente, a Inglaterra fazia um lobby para a expansão do liberalismo econômico.

A guerra acontece até abril de 1865 e têm um saldo final de 620 mil mortes, sendo 260 mil sulinos, com o número de feridos e mutilados, as baixas nos Estados Confederados chegam a representar 20% da população. A coragem e valentia dos confederados diminuía a cada batalha, a União faz um bloqueio naval, a monocultura da região diminui drasticamente os recursos. A diferença de poder entre Norte e Sul era abismal. Em 31 de janeiro de 1865, a 13ª Emenda Constitucional, que proibia a escravidão em todos os Estados Unidos da América, é aprovada no Congresso, sendo ratificada em dezembro. Os negros estavam libertados, todavia sem os mesmos direitos dos brancos. O sufrágio universal viria somente em 1869, com a 15ª Emenda Constitucional.

8 Algumas consequências no século XX

A abolição da escravidão com 13ª Emenda Constitucional formou grupos rebeldes pelos EUA, o de maior atuação foi a Ku Klux Klan A KKK prega a “supremacia branca”, o protestantismo em detrimento a outras religiões, o anticomunismo, perseguiu, além dos negros, índios e latinos. O movimento na década de 1920 chegou a quatro milhões de membros, e com apoio político.

O racismo era presente nas leis, na desigualdade de direitos jurídicos, sociais e econômicos. Os negros alforriados instalaram-se em guetos, ocupavam os menores cargos nas empresas e sofriam grande repressão política. Mesmo que com a constituição garantindo os direitos iguais, os estados tinham autonomia, por serem uma federação, a elaborar suas próprias leis. Surgiam então lideranças – como foi John Brown, no século XIX – lutando contra o racismo. William Edward Burghardt, Malcom X, Rosa Parks e Martin Luther King Jr. são grandes expoentes do Movimento dos Direitos Cívicos aos Afroamericanos. Luther King discursava e organizava marchas com milhares de negros. Recebendo o Nobel da Paz em 1964. Também foi um mártir, assassinado no Tennessee, em 1968.

Nota-se que também na política externa ressoaram as rede de grupos de interesse. Durante o século XX os países da América Latina estiveram subjugados aos EUA por alianças de cunho pragmático e ideológico, através da chamada Política da Boa Vizinhança (1933 – 1945), a qual visava à ampliação do populismo nacionalista,

durante a Segunda Guerra Mundial, de forma a proteger as nações Aliadas contra as nações do Eixo, o que foi fundamental para o aperfeiçoamento das relações interamericanas. Os EUA, nesse caso exerceriam papel de Super Homem a fim de impor uma relação de subjugação e de dependência unilateral desses países hemisféricos e de seguir um padrão de comportamento para se manter no sistema internacional.

9 Conclusão

A política estadunidense por toda sua história, desde a sua independência, mostrou-se ligada ao preconceito étnico e racial. A política externa em relação à América Latina parte do sentimento de ser uma nação escolhida e superior aos outros. A aversão aos latinos, perdura hoje de uma maneira não expansionista, porém dentro do seu próprio território.

O racismo também é presente, se não nas leis, consiste nas desigualdades sociais. Ainda é muito presente o grupo *White Anglo-Saxon Protestant (WASP)* – hoje, contraditoriamente à história, ligado ao Partido Republicano – tem bastante força, elegendo até mesmo presidentes, como George W. Bush.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEUR, Farid. *Guerra da Secessão*. Porto Alegre: LP&M, 2010

BURGESS, John W. *The Civil War and the Constitution*. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

DÖPCKE, Wolfgang. *Apogeu e colapso do sistema internacional europeu*. In: José Flávio Sombra Saraiva. (Org.). *Relações Internacionais: dois Séculos de História*. vol. 1. 2 ed. Brasília: IBRI, 2001, vol 1, p. 105-172.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 39, Feb. 1999

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos, a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KLANWATCH PROJECT. *Ku Klux Klan: a history of racism and violence*. 6 ed. Montgomery, Alabama: The Southern Poverty Law Center, 2001.

McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*. New York: Oxford University Press, 1988.

PAXSON, Frederick L. *The Civil War*. New York: Henry Holt and Company, 1911.

SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Waddy. *Recollections of Mexico*. New York: Wiley and Putnam, 1846.

UNITED STATES OF AMERICA. *Constitution of United States of America*. Washington: Government Print Office, 2007.